

Sexualidade e Relação de Gênero

2

Denise Pereira
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S518 Sexualidade e relações de gênero 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 2)

Formato: PDF

Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-049-0

DOI 10.22533/at.ed.490191601

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Pereira, Denise.
II. Título. III. Série.

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais a academia está avançando em pesquisas sobre Sexualidade e Relação de Gênero. No século XXI, a sexualidade é compreendida como algo fluído, que muda ao longo de toda uma vida, é pessoal/individual, cada um com a sua, não há certo ou errado, havendo possibilidades e é paradoxal, ou seja, é sempre diferente da sexualidade dos outros, sendo o traço mais íntimo do ser humano, manifestando-se diferentemente em cada indivíduo, de acordo com as novas realidades e as experiências vividas culturalmente.

E a relação de gênero refere-se às afinidades sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais. Que segundo Scott, devemos compreender que “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

O conceito de gênero que enfatizamos neste livro está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, usualmente remetido ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos.

Neste livro são apresentadas várias abordagens sobre “Sexualidade e Relação de Gênero”, tais como: discussões de conceitos; modo de vida, violência, direitos, Lei Maria da Penha, homoparentalidade, emancipação feminina, transexuais, homossexuais, sexualidade infantil, sexualidade masculina, mulheres no cinema e no futebol, entre diversos outros assuntos.

Boa leitura
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
SEXUALIDADES E GÊNEROS NA ESCOLA: DE QUAIS SENTIDOS SE APROPRIA A PRÁTICA PEDAGÓGICA?	
Denise da Silva Braga	
DOI 10.22533/at.ed.4901916011	
CAPÍTULO 2	18
TORPEDO: UM MODELO DE RESISTÊNCIA LÉSBICA NA ESCOLA	
Maria da Conceição Carvalho Dantas	
Denise Bastos de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.4901916012	
CAPÍTULO 3	27
PERCEPÇÕES DE GRADUANDAS DE ENFERMAGEM SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOFRIDA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	
Michelle Araújo Moreira	
Thaís Borges Gally	
DOI 10.22533/at.ed.4901916013	
CAPÍTULO 4	43
INCURSÕES E INTERDITOS SOBRE AS SEXUALIDADES, IDENTIDADES E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA	
Karine Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4901916014	
CAPÍTULO 5	58
HOMOPARENTALIDADE: O QUE A ESCOLA TEM DITO?	
André Luiz dos Santos Barbosa	
Rejane Cristina Lages Rocha.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916015	
CAPÍTULO 6	73
CULTURA UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: SITUANDO AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	
Luciano Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4901916016	
CAPÍTULO 7	89
ASSESSORIA TERRITORIAL DE GÊNERO: ENCONTROS TERRITORIAIS E ESTADUAL DE MULHERES RURAIS DOS COLEGIADOS DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
Xenusa Pereira Nunes	
Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4901916017	
CAPÍTULO 8	99
A ESCOLA COMO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE: OBSERVANDO FRONTEIRAS ENTRE GÊNEROS, IDENTIDADES E ALTERIDADES.	
Pollyanna Rezende Campos	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	

CAPÍTULO 9	107
A SOLIDÃO DOS/AS DOCENTES HOMOSSEXUAIS: NARRATIVA E REFLEXÃO SOBRE O/A PROFESSOR/A HOMOSSEXUAL	
Isabella Marques de Oliveira; Denise Maria Botelho; Agilcélia Carvalho dos Santos.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916019	
CAPÍTULO 10	116
A SEXUALIDADE MASCULINA SOB A ÓTICA DAS ESCRITAS LATRINÁRIAS.	
José Edson da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.49019160110	
CAPÍTULO 11	125
CONSTRUÇÃO DO CORPO MASCULINO: RELAÇÕES COM AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS	
Daniele Machado Pereira Rocha Maria Thereza Ávila Dantas Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.49019160111	
CAPÍTULO 12	133
IDENTIDADE E IMAGENS DA MARCA RIO: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DO “GAY FRIENDLY” NA IDENTIDADE DA MARCA RIO E SUA CONCRETIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.	
Patrícia Cerqueira Reis	
DOI 10.22533/at.ed.49019160112	
CAPÍTULO 13	142
O MODO DE VIDA GAY COMO ESTETIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA	
José Nilton Conserva de Arruda Marianne Sousa Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.49019160113	
CAPÍTULO 14	155
TRAJETÓRIAS DE GAYS NEGROS NA ESCOLA DA ZONA RURAL: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS	
Marcos Andrade Alves dos Santos José Kasio Barbosa da Silva Renata Queiroz Maranhão Antônio Jefferson Teixeira Sousa Juliana Brito Cavalcante Assencio Daniele Gruska Benevides Prata	
DOI 10.22533/at.ed.49019160114	
CAPÍTULO 15	169
UM ESPELHO CONTRA ESPELHO: A DISPOSIÇÃO INATA DA NATURA	
Jobson Rios dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160115	

CAPÍTULO 16	177
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES MASTECTOMIZADAS SOBRE SEXUALIDADE	
Michelle Araújo Moreira Ana Beatriz Santana de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.49019160116	
CAPÍTULO 17	189
PERCEPÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA PARA OS JOVENS: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Paula Orchiucci Miura Estefane Firmino de Oliveira Lima Maria Marques Marinho Peronico Pedrosa Ellen Borges Tenorio Galdino Kedma Augusto Martiniano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160117	
CAPÍTULO 18	203
LIDERANÇAS FEMININAS RURAIS: CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira Xenusa Pereira Nunes Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160118	
CAPÍTULO 19	212
MULHERES CINEASTAS, FEMINISMO NEGRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: EXPERIÊNCIAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Lucas Leal	
DOI 10.22533/at.ed.49019160119	
CAPÍTULO 20	230
“VESTIDO NUEVO” – REFLETINDO SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO A PARTIR DE UM CURTA METRAGEM	
Sílvia Rita Magalhães de Olinda Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.49019160120	
CAPÍTULO 21	240
ESCANTEIO: MULHERES QUE TROCAM O ROSA CULTURAL PELO PRETO DA TRADIÇÃO - O CAMPO DA ARBITRAGEM EM FUTEBOL	
Ineildes Calheiro Eduardo David Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160121	
CAPÍTULO 22	256
ESTRUTURA DA REPRESENTAÇÃO DA(S) TRANSEXUALIDADE(S) POR MULHERES (TRANSEXUAIS)	
Carle Porcino Jeane Freitas de Oliveira Maria Thereza Ávila Dantas Coelho Dejeane de Oliveira Silva Cleuma Sueli Santos Suto	
DOI 10.22533/at.ed.49019160122	

CAPÍTULO 23	266
UMA APRECIÇÃO DO COMPORTAMENTO DE CONSUMO METROSSEXUAL EM SETORES DA ECONOMIA CRIATIVA	
Daniel Kamlot	
DOI 10.22533/at.ed.49019160123	
CAPÍTULO 24	277
FAZER-SE RAINHA MIRIM NUMA FESTA DE CAMINHONEIROS: SOBRE (DES)PRATICAR NORMAS DE GÊNERO NUM CONCURSO DE BELEZA	
Marcos Ribeiro de Melo	
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160124	
CAPÍTULO 25	289
GÊNERO E SEXUALIDADES: INVESTIGANDO A CONCEPÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS)	
Rayane Ribas Martuchi	
Ticiane Paiva de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160125	
CAPÍTULO 26	302
REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE GÊNERO NA PSICOLOGIA: UM CAMINHO A SE PERCORRER NA GRADUAÇÃO?	
Lara Araújo Roseira Cannone	
Raissa Lé Vilasboas Alves	
DOI 10.22533/at.ed.49019160126	
SOBRE A ORGANIZADORA	310

INCURSÕES E INTERDITOS SOBRE AS SEXUALIDADES, IDENTIDADES E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA

Karine Nascimento Silva

Secretaria Municipal de Educação, Jaguaquara/
BA

RESUMO: O presente estudo apresenta reflexões em torno da sexualidade humana, transitando por vários olhares, que deflagram debates e ao mesmo tempo fomentam silêncios, fragmentações e questionamentos contínuos, especificamente ao se reportar as sexualidades dissidentes, que não obedecem ao modelo hétero normativo. O trabalho mostra o resultado de investigações acerca das representações e experiências da juventude, entendida como ciclo decisivo para demarcação de diferenças de gênero, além de pensar a questão da pluralidade sexual. A complexidade da sexualidade e o debate acerca da diversidade sexual ainda são rejeitadas tanto na escola quanto na família, ocasionando não raro a discriminação e a exclusão de jovens que não se enquadram nos padrões heteronormativos. Por tais razões, o estudo centrou sua investigação nas representações sociais d@s jovens sobre a sexualidade na família e na escola e de que forma essas narrativas reportam violências, silenciamentos, transgressões e encontros em cumplicidades. Busca-se compreender a atuação social da

família e da escola na dinâmica de formação de subjetividades, produção e/ou ausência de práticas/ideário que colaboram com violências. Optou-se pela pesquisa empírica, qualitativa com o uso de entrevistas semiestruturadas com jovens estudantes do Ensino Médio em Jequié. Os resultados demonstram a necessidade do debate sobre gênero e sexualidades, de modo que tod@s @s envolvid@s na escola e na família, em parceria de trabalho com outras instâncias sociais, possam contribuir para espaços privilegiados para o questionamento e desestabilização da hegemonia compulsória do modelo heteronormativo.

PALAVRAS - CHAVE: Sexualidades.

Diversidade Sexual. Juventudes. Família

ABSTRACT: The present study presents reflections about human sexuality, passing through several glances, which trigger debates and at the same time foster silences, fragmentations and continuous questioning, specifically when reporting dissident sexualities, which do not obey the straightforward normative model. The work shows the result of investigations about representations and experiences of the youth, understood as a decisive cycle for demarcation of gender differences, besides thinking about the issue of sexual plurality. The

complexity of sexuality and the debate about sexual diversity are still rejected both in school and in the family, often leading to discrimination and exclusion of young people who do not fit into heteronormative patterns. For these reasons, the study focused its research on the social representations of young people about sexuality in the family and at school and how these narratives report violence, silencing, transgressions and encounters in complicity. It seeks to understand the social performance of the family and school in the dynamics of formation of subjectivities, production and / or absence of practices / ideas that collaborate with violence. We opted for empirical, qualitative research using semi-structured interviews with young high school students in Jequié. The results demonstrate the need for a debate on gender and sexuality, so that all the school and family involvement in a working partnership with other social bodies can contribute to privileged spaces for the questioning and destabilization of hegemony of the heteronormative model.

KEYWORDS: Sexuality. Sexual Diversity. Youth. Family

INTRODUÇÃO

Inúmeros estudos de diferentes campos disciplinares abordam a questão da(s) sexualidade(s) e seus desdobramentos na sociedade vigente, sobre a égide de concepções complexas, que reverberam em diferentes cenários, com inserção na agenda de áreas como saúde, educação, segurança pública, Direitos Humanos, entre outras. A discussão envolta as sexualidades transitam por vários olhares, deflagram debates e ao mesmo tempo fomentam silêncios, fragmentações que desencadeiam a questionamentos contínuos, especificamente ao reportarem as sexualidades que não convergem com as normatizações, às categorias e as incursões ao sexo e ao corpo ambos inculcadas pelo prisma hétero normativo.

As representações sociais relativas às sexualidades denotam um viés heteronormativo¹, um campo minado, movediço e, portanto, merece o desencadeamento investigativo e análises críticas a fim de que evoquem repercussões éticas e políticas que evidencie a equidade de direitos a todas as pessoas. Por certo, os discursos que envolvem a sexualidade humana, acompanham a história da humanidade, apesar das diferentes conjunturas, das intensidades destes discursos e de seus velamentos, fragmentações, tendências, lugares e não lugares, além de servir como subterfúgio para outros discursos.

Entretanto, a busca enfática por uma definição da sexualidade na perspectiva de Foucault (1988), ocorreu em um determinado momento, mais precisamente na metade final do século XIX, constituindo todo um conjunto de condições para que os corpos, os desejos, a sexualidade e a existência de homens e mulheres fossem significados.

¹ Os modelos heteronormativos se conceituam como uma refração de uma suposta realidade em que há uma divisão de categorias distintas, assimetrias e complementares, como masculino e feminino que são sustentadas no corpo biológico (BERLANT; WARNER, 2002).

Contudo, tais discursos sobre a sexualidade eram produzidos nas esferas da invenção dos tipos sexuais, emergidos numa visão binária, estes, porém indicavam e definiam o que era considerado normal e o que era patológico, seguindo uma cadência de hierarquizações, ou seja, a disciplinalização da sexualidade.

Tais discursos eram outorgados pela ciência e assumiam um status de verdade, se retroalimentavam ou destoavam dos discursos produzidos nas instâncias das leis, da Igreja e da moral. Nessa intrincada conjuntura houve as incursões às sexualidades periféricas (FOUCAULT, 1988), que por sua vez provocaram a incorporação das perversões e novas especificações @s sujeit@s. Deste modo surgem à homossexualidade e o homossexual, cuja referência é datada nas sociedades, em tempos históricos remotos como apontam os estudos de Trevisan (1986), Bremmer (1995), Mott (2003) e Naphy (2006). As práticas afetivas sexuais entre pessoas de mesmo sexo adquirem neste contexto novas conotações e o binarismo - heterossexualidade *versus* homossexualidade é instaurada.

No intuito de garantir o privilégio da heterossexualidade, agregada ao estatuto de normalidade e naturalidade, muitos esforços foram efetuados, nas mais diversas instâncias. No entanto, a manutenção desta lógica impõe que todas as pessoas sejam ou devam ser heterossexuais, fato este que fomenta a homofobia, ao mesmo tempo, sentimentos de fascínio, estranhamento, medo e abjeção pela homossexualidade (BUTLER, 2013).

Por outra vertente situacional, representações sociais relativas à família ainda se revelam desafiadoras às Ciências Humanas, visto que, apesar de haver algum consenso, não se constitui uma fácil definição do que atualmente se concebe como família (s). Embora um modelo idealizado de família, alicerçado em bases hegemônicas, nota-se os desdobramentos políticos e a constatação empírica da diversidade de arranjos familiares, já começam a se fazer sentir em vários níveis. Nesse contexto, a saber, pessoas que se percebem e/ou se assumem como não heterossexuais.

Pensando no espaço da escola como constituído de diversos sujeit@s, estão presentes, pessoas não heterossexuais, logo os desafios continuam e se intensificam. No entanto, ao se tratar das interfaces das juventudes, as questões de gênero e sexualidade tornam-se mais complexas, pois é necessária a reflexão sobre a possibilidade de processos de subjetivação, hierarquizações, o forjar das identidades e as transgressões do que se impõe como hegemônico.

Enlaçando as questões acerca das sexualidades, as relações interpessoais que se desenvolvem e são construídas na interseção família e escola, ao evocar as narrativas d@s jovens sobre a diversidade sexual, foco deste estudo, tem-se como instigante e desafiadora proposta o debate sobre abordagens e silêncios na família e na escola, implicando análises sobre (re) significação das narrativas e dos discursos relacionadas à sexualidade humana. A abordagem acerca das sexualidades dissidentes e suas configurações no âmbito familiar e escolar necessitam ser repensadas e questionadas, a fim de que se tornem visíveis possíveis violências às

quais são submetidas as pessoas ao assumirem identidades de gênero que destoem do modelo heteronormativo.

No que tange à educação institucionalizada, no caso específico do Brasil, essas reflexões, no entanto, não resultaram na plena incorporação e explicitação dos temas nos documentos da política educacional. Apenas os cadernos de Temas Transversais, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, publicados pelo MEC em 1998, são, ainda hoje, a única referência oficial de tratamento das temáticas relativas a gênero no campo educacional. Todavia, o tratamento a essas temáticas nas aulas limitou-se a biologização da sexualidade e do sexo, ao priorizar, simples e unicamente, conteúdos formais concernentes à reprodução humana e a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST.

Pesquisas e relatos² demonstram intolerância, rejeição, inconformismo e invisibilidade direcionados às pessoas que se assumem como não heterossexuais ou/e até mesmo quando não se assumem e não se identificam como tal, mas por terem comportamentos e posturas que divergem dos normatizados carregam em si os estigmas por não coadunarem com a heteronormatividade, processos esses que podem ocorrer tanto nas relações familiares, quanto nas escolares. Faz-se necessário repensar se a construção social das expectativas e demandas das famílias fomentam orientações no sentido de ocultar a sexualidade e a manter o — amor que não ousa dizer o seu nome³ em segredo. E se tais comportamentos não teriam como consequência um limitar a vida d@s sujeit@s, gerando um isolamento pessoal muitas vezes opressivo (SANDERS, 1994), ou seja, sentidos que @s possuem sobre a dinâmica familiar sobre as sexualidades.

Apesar de existirem estudos realizados sobre as sexualidades não heterossexuais, estes ainda representam um contingente inferior em relação à complexidade de um tema que exige crítica dos discursos institucionalizados e mais reflexão sobre o amadurecimento científico, em especial de agentes com poder de socialização e repressão, como insistimos familiares e professor@s. Por outro lado, cabe pensar nas possibilidades da coexistência e sobreposições de violências das mais variadas formas infligidas à população que não corresponde aos modelos heteronormativos, estarem presentes nas diversas esferas de convívio social, no caso específico do estudo na família e na escola.

No engajamento das práticas discursivas entendida como produção de sentido das pessoas que se posicionam em relações sociais cotidianas (SPINK, 2004), há uma (re) definição e articulação de significados de gênero e sexualidade que são disponibilizados em nossa sociedade e, ao mesmo tempo, renegociando o modo como essas identidades são mantidas e/ou ressignificadas em contextos específicos

2 MOTT, Luiz. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? Palestra preparada para o Seminário Gênero & Cidadania: Tolerância e Distribuição da Justiça. Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2000

3 (WILDE, 2006).

de interação. De acordo Spink (2004) é pela linguagem que se inaugura o novo dos sentidos, que ao serem repetidos em performances cotidianas se perdem em ilusões de verdade, ganham estabilidade e força factual. O objetivo principal consistiu em analisar as representações (MOSCOVI, 2009) d@s jovens sobre diversidade sexual nos *locus* família e escola e de que forma essas narrativas reportam violências, silenciamentos, transgressões e encontros em cumplicidades.

Buscou-se compreender a atuação social da família e da escola na dinâmica de formação de subjetividades, produção e/ou ausência de práticas/ideário que colaboram com violências e as estratégias juvenis em tais embates e seus questionamentos sobre codificações em relação às sexualidades. Para tanto, os seguintes questionamentos: quais são as representações d@s jovens sobre diversidade sexual e como essas se constroem e são enfrentadas por el@s no âmbito da família e escola? Como as narrativas juvenis se materializam em trajetórias de sofrimentos, discriminações, silenciamentos, cumplicidades, encontros e mudanças nas famílias e nas escolas? Mediante as narrativas, haveria ou não indícios de que as abordagens realizadas no contexto familiar e na escola sobre sexualidades têm atendido demandas da contemporaneidade, como o respeito à diversidade?

Por se tratar de um tema que atravessa diversas áreas do conhecimento – antropologia, biologia, educação, história, psicologia e sociologia dentre outras – estruturar um estudo que, por um lado abarcasse as diferentes visões e concepções sobre a sexualidade e, por outro, delimitasse com êxito um referencial teórico que dialogue em concomitância com a família e a escola, foi um grande desafio.

Pensa-se em tessituras e inter-relações entre categorias: família, gêneros, violências, representações, identificações, identidades e educação para a diversidade sexual. Entende-se a ação de educar em um contexto abrangente, relacional e inclusivo, podendo a pesquisa em proposição vir a contribuir em perspectiva acadêmica/científico, com debates, propostas e futuros projetos sobre o tema.

1 | AS REPRESENTAÇÕES DA ESCOLA SOBRE SEXUALIDADE PELOS OLHARES D@S ESTUDANTES

As narrativas juvenis alertam para limitações e pontualidades nas atividades que envolvem sexualidade por parte da escola. As questões ainda têm se restringido à dimensão dos direitos à saúde sexual e reprodutiva na esfera exclusivamente biológica, tornando-se insuficiente, além de fragmentada, o que certamente não responde a ansiedade e curiosidade d@s jovem. No entanto, se faz necessária a reflexão;

deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção (é para mostra-lo que servem essas declarações solenes e limitares); cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos (FOUCAULT, 1988, p.30).

Conforme exposto, o debate sobre a sexualidade, além da pertinência precisa articular-se ao contexto escolar, enfatizando a diversidade sexual situada e questões de gênero no terreno dos direitos humanos. Sendo assim, favorece o reconhecimento da legitimidade de suas múltiplas e dinâmicas, formas de viver/expressar identidades e práticas, bem como a tentativa de garantir a igualdade de direitos e oportunidades a tod@s, particularmente a grupos discriminados em face de sua orientação sexual e identidade de gênero.

A escola costuma apreciar as sexualidades não heterossexuais como também as questões étnico-raciais, promovendo atividades e/ou projetos pontuais que, na análise de Louro (2013), estariam explicitando e/ou camuflando através da preocupação com a —tolerância e o —respeito. Este empreendimento se revela como tentativa de suprir a ausência dos currículos escolares no que tange a pluralidade das identidades sexuais e de gênero, buscando evidencia-las apenas nas datas comemorativas e em situações deflagradas pel@s jovens;

[...] professoras e professores bem-intencionados se esforçam para listar as contribuições desses grupos para o país. [...] com tais providências, dá-se por atendida a tal ausência reclamada. [...] as atividades sejam quais forem os objetivos ou intenções declaradas - não chegam a perturbar o curso normal dos programas, nem mesmo servem para desestabilizar o cânon oficial. [...] Estratégias que podem tranquilizar a consciência dos planejadores, mas que, na prática, acabam por manter o lugar especial e problemático das identidades marcadas. Aparentemente se promove uma inversão, trazendo o marginalizado para o foco das atenções, mas o caráter excepcional desse momento pedagógico reforça, mais uma vez, seu significado de diferente e de estranho (LOURO, 2013b, p.47).

Portanto, a perspectiva da escola em relação à diversidade sexual, cultural, humana e dentre e outras, necessita ir além das dimensões de tolerância e/ou compreensão, pois estas conforme Louro (2013) não altera significativamente o status hierárquico das relações sociais de poder que definem as desigualdades sociais e de direito. Nesta linha reflexiva, a fim de questionar e ao mesmo tempo perturbar o modelo vigente que define:

quem tolera? Quem compreende? Quem é tolerado e quem é compreendido? Desta forma, o processo de educação para a sexualidade poderia começar pelo caráter questionador e perturbador das verdades que definem os campos de produção e reprodução de relações desiguais de poder e de legitimação das hierarquias sexuais e de gênero (FURLANI, 2009, p.320).

Por tais razões, princípios educacionais que objetivam a construção de uma educação sexual compreensiva, ou integral, múltipla, aberta, completa e diversa, problematizam a produção que se dá culturalmente a partir das experiências das pessoas, correlacionadas com os corpos, prazeres, sensações, linguagens, representações, desejos, identidades, crenças etc. Posto isso, a questão que envolvem as sexualidades na escola, não devem apenas limitar-se na materialidade e funções biológicas (hormônios, órgãos sexuais, reprodução, gravidez, entre outros temas), mas compreendê-la e dialogar com as formas singulares e plurais de vivê-la.

As narrativas juvenis apontam que escola deveria, em seu cotidiano e práticas, abordar a diversidade sexual, as sexualidades e as questões relacionadas a gênero. Observa que a maioria d@s jovens além de reconhecerem a importância das questões, também recomendaram o debate. Por sua vez as instituições de ensino são desafiadas a proporcionarem através de profundas transformações, um ambiente seguro e efetivamente educativo para todas as pessoas que nelas circulam, convivem e interagem, independentemente de gênero, orientação sexual, cor, raça, etnia, religião, origem, idade, condição física ou mental etc. Nesse contexto, nas palavras de Ana Canen (2001, p. 213):

Reconhecer que a sociedade brasileira é multicultural significa compreender a diversidade étnica e cultural dos diferentes grupos sociais que a compõem. Entretanto, significa também constatar as desigualdades no acesso a bens econômicos e culturais por parte dos diferentes grupos, em que determinantes de classe social, raça, gênero e diversidade cultural atuam de forma marcante. Inserida no bojo destas relações socioculturais desiguais, a escola tem produzido a exclusão daqueles grupos cujos padrões étnico-culturais não correspondem aos dominantes.

Considerando a reflexão acima, de modo geral, a escola e @s profissionais da educação apresentam dificuldades para lidar com a diversidade sexual e de gênero. Embora haja muit@s gestor@s e formulador@s de políticas que apresentam sensibilidade e compromisso com questões de gênero e as sexualidades, apesar de toda a complexidade, as políticas públicas educacionais não costumam evidenciar em suas propostas para a prática educacional e os sistemas, questões relativas à diversidade sexual e de gênero nas relações escolares.

No que se refere a estas questões que dizem respeito a todas as esferas, níveis e modalidades de ensino, ressalta-se a dimensão da transversalidade nas políticas públicas educacionais, pois estão implicadas em relações de poder, desigualdades, hierarquizações, construção de sujeit@s, corpos e identidades nas mais variadas expressões de vida. Por conseguinte a escola é convocada a reconhecer a pluralidade, o respeito à diferença e a problematização das desigualdades e das injustiças sociais, e particularmente, quando se trata das pessoas subordinados por conta de suas identidades sexuais, culturais, de gênero, de geração, étnico-raciais e de classe e/ou étnico-raciais.

Como se nota, nos discursos d@s jovens o enfrentamento ao preconceito e a discriminação são considerados importantes iniciativas por parte da escola. Vale retomar a reflexão acerca do preconceito, que muito tem contribuído tanto com os conflitos, quanto na produção de violências, além desse fator, ampara e mantém os mecanismos de infra-humanização. Isto ocorre, ao possibilitar que certos grupos continuem dispostos de maneira subordinada às dinâmicas de participação e democratização de uma determinada sociedade. Logo, se faz necessário à discussão de um processo que se objetive extrair qualquer funcionalidade e naturalidade das hierarquias, questioná-las constantemente. Ou então desnaturalizar princípios e ações

que se organizem na manutenção da infra-humanização de certos grupos sociais, para que as falas que enfatizarem a anormalidade e desvios comportamentais em relação às pessoas não heterossexuais sejam criticadas e revisitadas.

Portanto, torna-se fundamental atentar para a dinâmica do preconceito, da discriminação e infra-humanização, que não somente subtraem direitos sociais, mas também rotula grupos, confere estigmas de não naturais, estranhos, abjetos e isso determina que sejam possuidor@s de definidas características impeditivas de pertencimento a ordem hegemônica de sociedade heteronormativa.

2 I AS FALAS DA FAMÍLIA SOBRE SEXO E SEXUALIDADES.

A reflexão sobre sexualidade na relação pais/mães e filh@s é envolvida por tensões, negociações, conflitos, angústias que combinam orientações comumente conservadoras e tradicionalistas com trânsitos e movimentos contemporâneos. Reconhecendo a família como instituição histórica e multireferenciada, ainda que mudanças de sentido e redesenhamentos nas relações de gênero (ROUDINESCO, 2003) tenham ocorrido e se materializado, o vínculo, os sentidos simbólicos no nível de afetos e o sentido ontológico se fazem presentes, pois; "... a importância da família na constituição de um eu projetado por tempos combinados."(CASTRO; MIRANDA; ALMEIDA, 2007, p.53), e assim, a família tem um lugar essencial na iniciação e curso da vivência da sexualidade de seus/suas filh@.

Entende-se a juventude como uma etapa decisiva para demarcação de diferença de gênero sendo a sexualidade uma das dimensões básicas na constituição de subjetividades, logo representa para @s jovens a construção de autonomia. As conversas sobre sexualidade na família trazem o mal estar e vergonha a uma parcela da juventude, sendo que o teor das conversas limitam-se a orientações sobre prevenção a gravidez e as Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST. As questões relacionadas à sexualidade e afetividade estão ausentes, afirma-se ser mais fácil e confortável conversar sobre estes temas com os amigos, torna-se mais agradável, já que o diálogo com os pais/mães às vezes é dificultado por fronteiras geracionais, sendo a rigidez um fator agravante. Para alguns autores como Zampieri (1996) e Parker (2000) os discursos sobre sexualidades entre pai/mães e filh@s, seria um tabu na cultura brasileira.

O diálogo sobre sexualidade com pais/mães e filh@s, para muitos não se dá de forma fácil, e como no segundo relato não acontecem, notou-se em outras narrativas que a conversa com os pais/mães tendem a ser mais rígidas em seus julgamentos entre o aceitável ou não na sexualidade. A falta de comunicação na família sobre temas relacionados à sexualidade, afetos, desejos e fantasias, segundo Castro, Miranda e Almeida (2007) não necessariamente se explicaria apenas pelas versões moralistas, de desinteresses ou irresponsabilidades, mas também na desinformação

sobre o assunto por gerações. Sendo assim, é importante o questionamento no que se refere à falta de informações d@s pais/mães sobre sexualidade, em suas vivências passadas el@ tiveram também suas dúvidas e anseios atendidos? El@s sabem lidar com sua própria sexualidade e assim se sentem segur@s para mediar o tema?

O enlace entre família e sexualidade requer mais do que conhecimentos competentes, pede vivências e sentidos construídos por críticas e práticas. Muitas vezes, a complexidade tal como sinaliza Satir (1988) também pode estar relacionada com o fato dos própri@s pais/mães ou outr@s membros da família não se sentirem à vontade ou até mesmo capazes de lidar com medos, angústias ou/e fantasmas ligados à sexualidade, por exemplo. Além do mais, esses medos podem ter relação com os projetos individuais com os quais esses familiares tendem a projetar para os seus filh@s.

No entanto, o afunilamento dessas discussões, engessada pela referência preventiva (gravidez e DST), como também a circulação de algumas conversas pelo sentido moral prescrito para @s jovens, sendo ausente a menção dos afetos, a diversidade de práticas sexuais, as fantasias, os desejos e as sensações. Partindo da concepção de que a família é um espaço de confronto de forças, um campo ético e normativo, onde se produz poder e saber, ainda se prescreve a sexualidade heterossexual. As concepções de Foucault (1988) sugerem que a família poderia ser considerada como um dos níveis moleculares do exercício de poder, “uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis” (FOUCAULT, 1988, p. 54).

E assim, uma instância do cotidiano subjugada por este, ao mesmo tempo em que centro irradiador de seu discurso, porém, seria também responsável por estabelecer outras relações de poder através de sua própria dinâmica. Noutras palavras, se estabelecendo enquanto um espaço de confronto de forças, da circulação de verdades e de sua produção, acarretando a construção campo normativo, instaurando uma moral e criando mecanismos próprios de dominação e sujeição.

A complexidade das representações de sexualidade produzidas pela família, por mais convencionais que se apresentem, como grupo de relações primárias baseadas no afeto e em valores. Considerada como agência socializadora, e preciso questionar a família no que diz respeito à tensão entre vínculos de afeto e autoridade, outorgamento de apenas uma vivência de sexualidade e negação ou/e invisibilização das demais e do processo de individuação.

Contudo, a família ainda ocupa um lugar de destaque na socialização das novas gerações no que diz respeito ao sexo e a sexualidade (HEILBORN, 2004). O debate no cenário contemporâneo sobre sexualidade apesar de mais relativo, ainda não ocupa um espaço de liberação sexual, pois os constrangimentos sociais relacionados à sexualidade foram assentados e acomodados aos antigos ditames de gênero.

3 | TECENDO CONSIDERAÇÕES

Este estudo objetivou analisar as representações sociais d@s jovens sobre diversidade sexual nos loci família e escola, como e de que forma essas narrativas reportam violências, silenciamentos, transgressões e encontros em cumplicidades. Retomando as questões de pesquisa, as narrativas d@s jovens sugerem se não respostas, algumas reflexões que encontram nos estudos Queer acolhida, tais estudos avançam sobre sexualidades juvenis, uma vez que enfatizam trajetórias que desafiam codificações.

Neste sentido, as falas expostas foram compondo as representações e vivências dest@s estudantes, nas tessituras de descoberta da sexualidade, atravessadas por uma educação alicerçada pelo cristianismo, onde o gênero é forjado, assim considerada pelas influências e interferências nas subjetividades juvenis. Do mesmo modo, este modelo cristão de educação, observado no contexto da escola e da intrometem nas construções identitárias, movimentando a pessoa para o exercício da discrição, encaminhando para práticas e discursos preconceituosos em torno do repúdio a não heterossexualidade e suas representações.

O emaranhamento do preconceito sexual com outros dispositivos de subordinação, tais como classe, raça ou outros, ainda são pouco investigados e necessitam de mais estudos para que se possa ter maior alcance da influência nos processos de construção da democracia social e sexual. Torna-se essencial, investigações científicas que objetivem o entendimento de como os arranjos e hierarquias que produzem subordinação de determinados grupos sociais se articulam, se justapõe e constituem modos de sujeição e violência, que mesmo causando dores e sofrimentos, continuam veladas e de alguma forma aceitas.

Conforme tentou-se demonstrar, as sutilezas do preconceito podem ser detectadas e delatadas, todavia, necessita-se de um arcabouço investigativo consistente, ações coletivas e práticas sociais inovadoras, que concordem com a decodificação da estrutura e da dinâmica do preconceito e discriminação social. Essa desconstrução é apenas uma etapa de um longo e árduo processo na tentativa de compreender e intervir sobre as instituições sociais.

No contexto da educação, percebe-se que se trata de uma questão bastante complexa, recente e de relevância estratégica, pois muitos dos instrumentos de infra-humanização e modos de subordinação atravessam as práticas educativas. Neste campo, há um abismo entre o que é difundido nas principais legislações e diretrizes e o que de fato ocorre no cotidiano das escolas.

Tanto na escola, tal qual em outras esferas sociais, o saber sobre as marcas de um grupo rompe com a alienação, ao mesmo tempo, que propicia as pessoas desconstruírem estereótipos produzidos para representar cada grupo discriminado. Vale lembrar o resultado da pesquisa “Juventudes e Sexualidade” (CASTRO; ABRAMOVAY; e SILVA, 2004), em que 25% d@s estudantes de 14 capitais brasileiras

não gostariam de ter um colega de classe homossexual. Mais uma vez, percebe-se como o preconceito está ancorado em aspectos socioculturais que fomentam as práticas discriminatórias.

Na pesquisa empírica realizada, pode-se constatar que superficialmente @s jovens relataram que são poucos @s professor@s que expõem abertamente os seus preconceitos, no entanto, é possível constatar a materialização de estereótipos, a ênfase em uma heteronormatividade compulsória e falas que inferiorizam as pessoas não heterossexuais. É importante pensar, neste contexto, que a postura homofóbica da escola pode ser corroborada pela ausência de legislação e documentos oficiais que mencionem a homossexualidade na escola.

Em outras palavras, muito se tem discutido sobre democracia, inclusão, não discriminação em relação a todos os segmentos, de alguma forma, vítimas de subordinação e inferiorização, como as que ocorrem com negr@s, índi@s, mulheres, pessoas deficientes, contudo a produção visando à comunidade escolar sobre os direitos humanos d@s sujeit@s não heterossexuais é ainda tímida. Um exemplo é a questão da Educação Inclusiva, propagada no cenário escolar, uma vez que não se associa a ela a questão de gênero e das sexualidades.

Retomando o objetivo principal deste estudo, discutir as representações sociais d@s jovens sobre a diversidade sexual no loci família e escola e de que forma essas narrativas reportam violências, silenciamentos, transgressões e encontros em cumplicidades. @s jovens demonstraram não ter dificuldade em conviver com pessoas não heterossexuais, falam em respeito, no entanto as relações se estabelecem de forma desigual, uma vez que representam essa orientação sexual como problema, e admitem que sua opção acarreta transtornos e constrangimentos, ou como algo excêntrico, mas que muitos del@s consideram como normal e natural.

Em parte, alguns/algumas jovens tendem a negligenciar situações de violência e discriminação sofridas na escola, outr@s revelam abertamente, no entanto a maioria assinala tais violações e afirmam que o preconceito da escola e das famílias é comum. Pouc@s jovens relataram que o contato com pessoas não heterossexuais é constante em suas vidas. Representam a homossexualidade e a bissexualidade como uma orientação sexual legítima e normal. Reconhecem que a escola é um lugar propício para o debate sobre diversidade sexual.

Outr@s relatam que @ professor@s representam a homossexualidade de forma negativa, mencionaram a dificuldade em conviver com o que el@s consideram diferentes, tendem a negligenciar situações de violência e discriminação contra homossexuais e as suas aulas não tematizam a diversidade sexual. A maioria d@s jovens afirmaram que na prática a diversidade sexual não é abordada, o assunto apenas é discutido quando vinculado a situações de conflitos e tensões, de forma pontual e sem aprofundamentos.

Em suma, tais trajetórias narrativas reúnem processos de subjetivação distintos, maneiras diferenciadas de ver e lidar com a não heterossexualidade, na família, na

escola e nos espaços públicos que compõem o arsenal de possibilidades e de posturas d@s entrevistad@s. Na busca de compreender a dinâmica dos efeitos discursivos, foi preciso neste trabalho, inicialmente atender para a visão de identidades como construídas em performances sociais.

Compartilhando com o pensamento de Butler (2003) da premissa de que não há uma identidade de gênero e sexualidade fixa e verdadeira, que preexista ao momento discursivo. Essa perspectiva ampliou a problematização dos significados das performances de gênero e sexualidade considerados neste estudo. As análises traçadas nesta pesquisa indicam multiplicidade de narrativas que possibilitaram o conhecimento de outros discursos, em diferentes contextos mais tradicionais e instituidores da vida social, tais como a escola, a família e a igreja.

Foi percebido nos relatos que a relação de gênero é compreendida nos padrões heteronormativos, bem como as práticas sexuais apenas são legitimadas e aceitas nesta perspectiva. Observou-se a vigilância impetrada pela família e a tentativa de prevenir a homossexualidade, estimuladas pela religião, como também o esquema dicotômico, que localiza as mulheres como submissas ao homem dominador e à vigilância familiar.

Discutindo a análise, ressaltando as narrativas apresentadas, demonstraram que @s participantes não se apresentam com um todo homogêneo, alguns sofrem, se autoquestionam e muitos afirmam suas orientações sexuais, e não necessariamente, aqui a maioria d@s jovens as assumem como algo fixo, uma escolha definitiva ou tranquila. Muit@s refutam, outr@s confirmam, mas tod@s questionam os efeitos dos significados dados em sociedade. De fato se alguns/algumas reforçam as normas, outr@s vislumbraram alternativas que desconstroem, põem em xeque e subvertem crenças naturalizadas sobre corpos, sexo e sexualidade. A diversidade de cosmovisões sobre sexualidades é comum, o que já sugere desestabilizações ou contra hegemonias.

No entanto, essa diversidade, que muitas vezes faz fronteiras com ambiguidades confirmam e reforçam a urgência de desmistificação das relações entre os sexos, às sexualidades e gênero e, ainda, apresentam à necessidade de se repensar as relações de dominação de um sexo sobre o outro e toda a estrutura social montada através dessa relação (LOYOLA, 1999). Partindo da necessidade de ampliação dos significados das identidades e subjetividades com vista ao cenário contemporâneo que aproxima múltiplos discursos e formas de vida, ressalta-se a necessidade de um trabalho crítico e de tomada de consciência acerca do arsenal da escola e da família pela comunidade escolar.

Compreendendo a complexidade das interações humanas que permeiam a relação pais/mães e filh@s, há de se pensar na dificuldade para @ filh@ chegar até a família e assumir a não heterossexualidade. Uma mistura de medo e insegurança, expectativa em querer saber qual a reação dess@s pais/mães, como relatado. É um momento de forte exposição e intensa fragilidade, um momento em que @s filh@s precisam ter apoio, acolhimento, carinho. El@s buscam explicações e esclarecimentos

para desejos e curiosidades. Não necessariamente é na família que encontraram respostas, nem cremos que deveria ser essa a instância de consultas, mas a acolhida a tais buscas se faz necessária considerando o estatuto de lugar de afeto e confiança que goza a família nas nossas sociedades.

O que foi percebido pelo relato d@s jovens que se autodeclararam homossexuais, é que as famílias não conseguem conviver harmoniosamente com a homossexualidade assumida por el@s, tentam inibir, proibir e silenciar, seja através da violência física e/ou psicológica, amparados por dogmas religiosos, assim como também tentam esconder e apagar a sexualidade d@s filh@s, para não serem envergonhados diante da sociedade.

Sendo a nossa sociedade fundada em bases heteronormativas, as diversas formas de expressão do desejo sexual perdem sua inteligibilidade, já que não correspondem à simplista fórmula binária naturalizada de que o gênero se define, tanto quanto o desejo, pelo sexo biológico. Mas, como mostra Butler (2008, 2013), é a partir dos discursos das margens, ou seja, do que é considerado abjeto socialmente, que a heteronormatividade é confrontada.

O gênero e a sexualidade foram concebidos neste estudo, como construções sociais constituídas através de relações estabelecidas pel@s sujeit@s, recebendo influências da família, da escola e de outras esferas sociais, surge à urgência de problematizar, em todas as esferas sociais, todos os discursos contrários, os focos de resistência que aprisionam, excluem e negam a diversidade sexual. Nesse sentido, torna-se imprescindível o diálogo comprometido entre políticas de gênero e sexualidade, escola e família.

Mediante os relatos reitera-se alerta de vários estudos, ou seja, a necessidade de formação d@s professor@s para o debate sobre gênero e sexualidades, de modo que a escola e tod@s @s envolvid@s, numa parceria de trabalho com as outras instâncias sociais, possa ser um espaço privilegiado para o questionamento e desestabilização da hegemonia compulsória do modelo heteronormativo. A dinâmica desse processo deve partir do entendimento da multiplicidade de discursos, e que estes disponibilizam visões de mundo, conhecimentos, crenças e valores que podem, diretamente, colaborar na compreensão da diferença da alteridade.

Busca-se com este estudo, o engajamento em ações de formação de professor@s, com base em uma teorização crítica que auxilie compreender a transformações para inaugurar mudanças dentro e fora da sala de aula. E para não concluir, parafraseando Foucault (1988) é desejo explícito que esta pesquisa, – mais do legitimar o que já se sabe – possa contribuir para que se promovam outros pensares e outros saberes.... Que este estudo não seja tomado como verdade pronta e acabado, pois as questões aqui levantadas são temporárias e sujeitas à revisão e a novas problematizações, isso confere a esta pesquisa inúmeras possibilidades de desdobramentos, o convite está lançado!

REFERÊNCIAS

BERLANT, Laurent; WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) Sexualidades Transgressoras. Barcelona: Içaria 2002.

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. Sexualidades transgressoras. Una antología de estudios queer. Barcelona: Içaria editorial, 2002.

_____. Inversões sexuais. In: PASSOS, Izabel, C. Friche. Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. _____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Brasília: RITTLA, 2009.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil - vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. (Orgs.) Família, Sociedade e Subjetividades. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 54-83. Disponível em: file:///C:/Users/Work/Downloads/311-911-1-PB.pdf. Acesso: 10/01/2014.

FOUCAULT, Michel. Uma entrevista: Sexo, poder e política da identidade. Toronto, junho de 1982. Traduzido do francês por Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4995/3537>. Acesso em 14/10/2014.

_____. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1987.

_____. História da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Alurqueque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura, 1, Série Sociologia, Braga, v. 13, n. 1, pp. 349-370, 2000a.

_____. Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. Verdade, poder e Si Mesmo. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Michel Foucault 1926 – 1984. Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 294-300.

_____. A ordem do discurso - aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 4. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21º ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. A arqueologia do Saber. Trad

HEILBORN, Maria Luiza (Org.) Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza; BRANDÃO, Elaine Reis. Introdução: Ciências Sociais e Sexualidades. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.) Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza (Org.). Família e sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da educação na perspectiva do gênero. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 11, p. 53-67. jan./dez.1994. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/search/authors/view?firstName=Guacira &middleName=&lastName=Lopes%20Louro&affiliation=&country=>. Acesso em 13/10/2014.

_____. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. In: Revista Estudos Feministas. vol. 9, n.2, 2001, p. 541 a 553. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/381/38109212.pdf>. Acesso em: 02/03/2014.

_____. Chega de saudades. Revista da Faced. UFBA, Salvador, n. 19, p. 11- 20, jan./jun. 2011.

Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/viewArticle/5351>. Acesso 21/12/2014.

_____. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2013b.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. Matei porque odeio gay. Salvador: Editora: Grupo Gay da Bahia, 2003. MOTT, Luiz. Homossexualidade: mitos e verdades. Salvador: Ed. Grupo Gay da Bahia, 2003. <http://www.usp.br/revistausp/49/04-luizmott.pdf>. Acesso em 18/03/2014.

NAPHY, Willian. Born to be gay: História da homossexualidade. Lisboa: Edições 70, 2006.

MOSCOVICI, Serge. A Representação Social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PARKER, Richard Guy. Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller. 2000.

SANDERS, G. O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: E. Imber-Black (Org.), Os segredos na família e na terapia familiar (p. 219- 244). Tradução de Denise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SPINK, Mary Jane. (org.) Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de pesquisas Sociais. 2013, p.156- 186. _____. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso. São Paulo: Editora Max Limonad, 1986.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-049-0



9 788572 470490